

Relato 18ª Reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades **Dia 28/06/11 - das 10:00h às 18:00h - Sala 1208, MCidades.**

Participantes:

Coordenação – Marta Morosini / SECONCID – MCidades.

Poder Público Federal – Paula Ravanelli/SRI.

Poder Público Estadual – Abel Ferreira Leite/FNSH DU, Nelma Maria Lisboa/Sergipe.

Poder Público Municipal – Carlos Comasseto/FNVRU.

Entidades do Movimento Popular – Allan Rodrigo Alcântara/CNA, Bartíria Lima/CONAM, Iramar Cardoso/ MNLM, Maria Clara Pereira/MNLM, Neide Carvalho/UNMP, Usânia Gomes/CNP.

Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa – Antônio Carlos Gerardi/ABES, Nazareno Stanislau Afonso/ ANTP.

Organizações Não Governamentais – Mércia Alves / CENDHEC, Maria Cristina da Conceição/Caritas.

Empresários – Maria Henriqueta Arantes / CBIC.

Ministério das Cidades:

Assessores Técnicos: Marta Sinoti /SNSA, Letícia Teixeira/SNPU e Rodrigo Fávero/SNH, Euler Freitas e Kátia Faria/SEMOB.

SECONCID: Luiz Carlos Pimenta / Michel Costa / Tereza Góes.

PAUTA:

1. Andamento das resoluções aprovadas na última Reunião do ConCidades.
2. Representantes do segmento do Poder Público Estadual.
3. Seminário de Comemoração dos 10 anos do Estatuto das Cidades.

Foram sugeridos novos itens de pauta

- Funcionamento do Concidades.
- Orçamento.
- Rede de conselhos estaduais e municipais.

1. Andamento das resoluções aprovadas na última Reunião do ConCidades.

A dinâmica de elaboração das resoluções deve se repensada, em vista da maneira desordenada como tem sido conduzida a sua deliberação em Plenário, que pode provocar erros na redação final. Outra questão é a falta de uma análise prévia por parte da Conjur, o que frequentemente produz o constrangimento de matérias aprovadas pelo Pleno serem impedidas de ser publicadas. Observe-se que o Regimento Interno do Conselho prevê a participação da Conjur junto à Comissão para sistematização das propostas. Foi lembrado, ainda, que certos temas não precisam ser obrigatoriamente decididos por resolução, e sim por meio de uma simples deliberação de Plenário.

2. Representantes do segmento do Poder Público Estadual.

Foi explicada a irregularidade em que se encontra o segmento do Poder Público Estadual, que teve a indicação de três membros a mais. O conselheiro Abel Ferreira Leite comprometeu-se a comunicar a situação aos demais membros do Segmento para que a situação esteja normalizada antes da próxima Reunião do Conselho.

3. Seminário de Comemoração dos 10 anos do Estatuto das Cidades.

A Coordenadora expôs a programação sugerida para o Seminário de Comemoração dos 10 anos do

EC, previsto para o mês de outubro. Foi questionado qual seria o papel do Conselho no Seminário, já que por tudo o que ele historicamente representa, deveria estar participando desde o início da elaboração. Vários conselheiros se manifestaram a respeito do programa:

- rejeita o painel dedicado aos palestrantes internacionais, já que o foco deve estar centrado na experiência brasileira;

- é interessante acolher as contribuições internacionais numa uma ótica comparativa, para a troca de experiências e para colocar em perspectiva os limites da experiência brasileira;

- é preciso apresentar as experiências municipais;

- é preciso expor os estrangulamentos, provenientes principalmente da atuação do Judiciário e Ministério Público, que ainda não absorveram o Estatuto das Cidades;

- analisar a efetividade dos instrumentos urbanísticos;

- a forma segmentada como está planejado o Painel requer uma amarração final, além de recomendações;

- é fundamental convidar para o debate os atores que atrapalham a implementação do EC, como juízes, cartórios e defensoria pública, e

- formular um balanço sobre a efetividade, sucessos e avanços do EC.

Finalizou-se com a escolha dos representantes do Conselho que vão participar da coordenação organizadora: Nazareno, Alan, Henriqueta e Mércia. A próxima reunião sobre a organização do Seminário foi marcada para 5 de julho.

- Informações aos novos conselheiros sobre o funcionamento do Conselho.

Foi solicitada a elaboração de um texto voltado para os novos conselheiros, relacionando as atividades da Seconcid, contendo informações administrativas como normas e orientações sobre os serviços de passagens e diárias.

Observou-se que o site do Ministério está desatualizado. Foi lembrado, entretanto, ser necessário definir qual o conteúdo do site.

A respeito dos GTs e Comitês, observou-se que devem ser discutidos, não só os procedimentos, mas a concepção que os embasam.

Levantou-se a necessidade de focar o conteúdo político do Conselho, enfatizando a inconformidade dos conselheiros com o fato dos principais projetos do MCidades, exaustivamente debatidos no Plenário e nos Comitês, serem apropriados e distorcidos pelo PAC. No momento, este problema se manifesta nos projetos de mobilidade para a Copa, em que os conselheiros desconhecem os encaminhamentos que serão dados às questões discutidas no Comitê de Mobilidade. A Coordenadora sugeriu a formação de uma comissão para uma audiência com o Ministério do Planejamento, a fim de marcar uma posição política sobre o PAC.

A conselheira Henriqueta observou a baixa produtividade do Conselho e que por falta de planejamento e de metas não são alcançados resultados relevantes. Os Comitês técnicos não têm uma interação entre seus participantes e as Secretarias, estas se limitam aos relatos das atividades. Propôs concentrar as Reuniões do Conselho em dois dias a fim de conferir maior objetividade. As discussões por meio da Internet devem ser incentivadas, principalmente entre os grupos técnicos.

- Orçamento.

A Coordenadora relatou as dificuldades que a Seconcid está passando devido aos cortes impostos pelo Ministério do Planejamento, focados no item orçamentário "Passagens e Diárias". As despesas do Conselho podem ser atendidas por meio de duas rubricas – a do Conselho propriamente dito e a do Programa de Desenvolvimento Urbano, que é usado em apoio a eventos, incluindo o recurso a convênios. Sugeriu-se a elaboração de um planejamento anual do Concidades, abrangendo a discussão do orçamento. O servidor Reginaldo Moraes apresentou a situação atual das contas da Seconcid e explicou que a Secretaria dispõe de cerca de R\$

250.000,00 na conta Passagens/Diárias para serem empenhados, um pouco menos da metade da dotação inicial. Esclareceu que ainda há cerca de R\$1.100.000,00 na conta Aplicações, que podem ser repassados para outras categorias de despesas dentro do orçamento do Conselho. A Coordenadora consultou sobre a urgência da Reunião Extraordinária de Mobilidade e caso pudesse esperar, que fosse feita, juntamente com outras reuniões extraordinárias, na véspera da Reunião do Conselho. O conselheiro Nazareno, membro do Comitê de Mobilidade, concordou com o adiamento da Reunião Extraordinária de Mobilidade, anteriormente programada para os dias 7 e 8 de julho, para 13 de setembro de 2011.

- Rede de conselhos estaduais e municipais

Trata-se do objeto do plano de ação, proposto em resolução, para monitoramento dos conselhos estaduais e municipais, estruturante para a formação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Assinalou-se que a questão não se limita à criação dos conselhos, mas também à qualidade da sua atuação. Lembrou-se que um dos grandes obstáculos é a falta de apoio por parte dos governantes. O elemento fundamental é que vai ser possível ao Ministério dispor de insumos para controlar a distribuição de recursos para programas urbanos vinculados ao estabelecimento da gestão democrática nos municípios.

Foram fixados os passos para o projeto:

1º) Elaboração de um termo de referência.

2º) Contratação do IBGE para a pesquisa sobre o status atual dos municípios em relação aos conselhos.

3º) Criação de uma metodologia de acompanhamento dos conselhos.

O conselheiro Comasseto afirmou que o foco inicial deveria ser o envolvimento dos estados, com a criação de um plano de promoção dos conselhos municipais. Argumentou-se, entretanto que a atuação do Ministério não tem a intermediação dos estados, ela incide diretamente nos municípios.

Os conselheiros Henriqueta, Iramar e Nazareno foram escolhidos para elaborar o termo de referência.

Encaminhamentos:

1) Enviar o andamento das resoluções para acompanhamento da Coordenação Executiva.

2) A próxima reunião da Coordenação Executiva será realizada em dois dias, 28 e 29 de julho e será dedicada ao planejamento anual do Concidades e programação da 30ª Reunião Ordinária do Conselho.

3) Elaboração de um termo de referência para o plano de ação da rede de conselhos municipais. (Henriqueta, Iramar e Nazareno).

4) Adiamento da Reunião Extraordinária de Mobilidade para 13 de setembro de 2011.